AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO SUJEITOS DE DIREITOS E DESTINATÁRIOS DE PROTEÇÃO ESPECIAL

Claudeci da Silva Chagas

RESUMO

Este artigo procura demonstrar os parâmetros que indicam crianças e adolescentes como sendo sujeitos de direitos, identificando os direitos e leis garantidos com o passar do tempo e que regem a sua proteção. E embora as diversas mudanças ocorridas na legislação pertinentes aos direitos das crianças e adolescentes tenham trazido avanços ao que se refere aos direitos desses indivíduos de forma geral, estas não chegam a atender a todas as suas necessidades, isto por falta de políticas públicas. Frente a esta constatação, o presente trabalho visa demonstrar que a falta de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes com serviços especializados ineficazes prestados pelo Estado, acabam por colocar estas crianças e adolescentes numa situação de vulneráveis e excluídos perante a sociedade. Essas análises revelam que o Estado cria boas normas, porém, muitas vezes, por sua omissão, elas não são cumpridas. Em conclusão cita-se a necessidade não só de um alinhamento e vontade política na execução das políticas públicas voltadas para estas crianças e adolescentes, como também os operadores de direito, pertencentes ao ramo do judiciário, devem esmiuçar sobre as possibilidades possíveis na busca do efetivo respeito aos direitos dessas crianças e adolescentes.

PALAVRAS CHAVE: Crianças e Adolescentes; Proteção Integral; Políticas públicas; Omissão do estado.

INTRODUÇÃO

Este presente trabalho busca o aprofundamento do tema utilizando pesquisas bibliográficas, doutrinas, legislação pertinente e materiais de internet. Portanto, identifica o histórico do reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, reconhecendo que com a diversidade cultural, étnica, religiosa, as ligadas à sexualidade, bem como limitações físicas e as diversas fases etárias vividas pelo ser, foi notório com a evolução da sociedade a indispensável aplicação de um tratamento diferenciado a certos indivíduos que possuíam alguma limitação ou tinham limitações impostas devido a tais circunstâncias.

Assim, estes reconhecimentos históricos estão divididos em duas partes,

sendo a filosófica e a cronológica. Na perspectiva filosófica não existe uma padronização para definição de “criança” no mundo. Cada povo tem sua própria forma de perceber, caracterizar e tratar os jovens, de acordo com sua própria cultura, tal como ocorreu desde os mais remotos tempos. Conforme brilhantemente citado por Cucci (2010), “a definição de infância está ligada à ótica do adulto” na mesma proporção em que é o adulto quem realiza essa distinção. Já na perspectiva cronológica, até o início do século XX, simplesmente não existiam políticas públicas direcionadas às crianças e aos adolescentes no Brasil. Assim sendo, estas crianças e adolescentes passaram a ter seus direitos universalmente reconhecidos e garantidos perante a família, a sociedade e o Estado, isso após a promulgação da Constituição de 1988. Garantias estas Doutrinariamente chamadas de Proteção Integral ou Prioridade Absoluta.

Posterior a isto, o ECA garantiu a este grupo direitos especiais, frente à incapacidade de não possuir condições de sozinhos se defenderem, bem como imputa também ao Estado o dever de resguardar os seus direitos fundamentais.

Assim, se faz ilustrar que, para melhor garantia destes direitos, deve se ter uma atenção especial por parte do Estado, porém o problema é que muito embora diversos serem os avanços ao longo do tempo no que tange os direitos das crianças e adolescentes, este artigo demonstra que ainda há muito o que se considerar para que estes direitos sejam plenamente respeitados. Principalmente na ótica constitucional. Pois o Estado cria leis que ele mesmo não a respeita, seja por falta de política pública, ou por omissão ou despreparo para cumprimento dessas leis.

Nesse sentido, o estudo demonstra que o Estado não está preparado para garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes, seja por maus profissionais e funcionários públicos que não estão devidamente capacitados para zelarem por estes direitos ou por falta de infra-estrutura por parte do mesmo.

Por fim veremos que uma alternativa para o alcance da garantia dos direitos das crianças e adolescente seria a intervenção do Poder Judiciário no campo da defesa dos direitos fundamentais, seja, ajustando condutas do poder executivo ou solucionando conflitos em busca do respeito à proteção integral

do direito da criança e adolescente.

Desta forma o artigo se divide em quatro momentos. Primeiro apresentar-se a o histórico do reconhecimento de direitos da criança e do adolescente, tanto na perspectiva filosófica, quanto cronológica. Em segundo momento será analisado a falta de política pública do Estado direcionada a este grupo. Depois a omissão e despreparo do Estado para o cumprimento das leis e direitos destas crianças e adolescentes. E por fim veremos o Poder Judiciário como alternativa na busca da tutela dos direitos destas crianças e adolescentes.

1. O histórico do reconhecimento de direitos da criança e do adolescente no Brasil, tanto na perspectiva filosófica, quanto na cronológica

Não se pode se falar em reconhecimento histórico dos direitos das crianças e adolescentes, sem falar em direitos humanos. “Num primeiro momento, a atenção aos Direitos Humanos foi marcada pela tônica da proteção geral e abstrata, com base na igualdade formal; mais recentemente, passou-se a explicitar a pessoa como sujeito de direito, respeitado em suas peculiaridades e particularidades”. (Freitas; Amaral, 2003).

Assim, passo-se a ser respeitada a heterogeneidade dos seres humanos, mas em especial, reconhecendo as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. E suas particularidades deixaram de ser motivo para a produção de disparidade passando a ser causadoras de afirmação de investimentos públicos e criação de normas, com fim de inclusão social delas.

A partir daí a criança ganhou o reconhecimento de seu lugar como cidadã na sociedade e passou a ter seus direitos como tal. Se antes elas eram meros indivíduos que precisavam de um espaço para ficar enquanto seus pais trabalhavam, hoje, elas começaram a ter sua especificidade respeitada. Assistências à saúde e educação passaram a ser compreendidas como direito social de todas as crianças. (KRAMER et al, 2011)

1.1 Perspectiva Filosófica

Foi a partir do século XV que a criança se tornou perceptível como pessoa

de particularidades específicas que as distinguiam das demais. Anteriormente, as crianças eram vistas e percebidas tal como os adultos, tanto em direitos quanto em deveres, recebendo por isso o mesmo tratamento. Trabalhavam, tinham as mesmas obrigações e deveres e ainda vestiam-se da mesma maneira.

Ao que se trata do direito penal, eram julgadas e condenadas como adultos, sendo constantemente encarceradas junto deles. Se a própria noção de direitos dos adultos era ainda iniciante, o que não dizer das crianças, tratadas e vistas da mesma forma que eles.

Inicia-se então a concepção das diferenças ao que se reflete sobre os direitos da criança, modificando-se gradativamente, pela inserção da imagem da criança nas artes e na iconografia da época. Também o surgimento da perspectiva romântica de criança teve grande importância para as mudanças, que visava à pureza e a inocência da infância.

Atualmente, há um grande movimento na sociedade, no sentido de conscientização da importância de cuidar dos jovens da forma adequada. Há várias discussões relacionadas ao tema, todas elas polêmicas: maioridade penal, violência familiar contra crianças e adolescentes para fins educativos (lei da palmada), prematuridade do início da vida sexual, acesso à informação nos novos tempos, etc.

Num aspecto geral, consideramos essas discussões como um fator extremamente positivo, pois demonstra o avanço da sociedade na percepção da relevância desse assunto.

1.2 Perspectiva Cronológica

Até o início do século XX, simplesmente não existiam políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes no Brasil. As necessidades sociais nesse contexto eram supridas pela caridade das famílias e principalmente pela igreja católica, através de suas Santas Casas de Misericórdia, que acolhiam os doentes, os órfãos e os abandonados. Não havia direitos específicos, sendo pouca a diferença entre adultos e crianças.

Com o advento da república (1898-1930), surgiram também as lutas

sociais do proletariado nascente, e suas conseqüências. Dentre as várias greves que se deflagraram, na luta pela conquista de direitos para os trabalhadores, foram também incluídas reivindicações dirigidas às crianças, que se somavam à massa de proletários.

Dentre as reivindicações dos grevistas, estava incluída a proibição de trabalho para menores de 14 anos e a proibição de trabalho noturno para menores de 18 anos e para mulheres. Nessa época foi promulgado o Código de Menores, primeiro documento legal brasileiro a tratar especificamente de crianças e adolescentes, definindo “menor” qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade.

No período do Estado Novo (1930-1945), houve um retrocesso nos direitos e garantias das crianças e adolescentes, haja vista, a falta de políticas sociais por parte do Estado. Época de um recuo da democracia como um todo, em virtude do golpe militar, como afirma LORENZI (2013) “o desenvolvimento de um projeto político para o país era, na visão de estudiosos, ausente neste momento, por não haver um grupo social legítimo que o pudesse idealizar e realizar”, o que dificultou o avanço na conquista de direitos infanto-juvenis.

Destaca-se a criação, em 1942, do Serviço de Atendimento ao Menor, ligado ao Ministério da Justiça, cuja finalidade era funcionar como uma espécie de sistema penitenciário para menores. Um detalhe importante era que os infratores eram colocados no mesmo patamar de crianças carentes, embora tivessem tratamentos e destinações diferentes, como se observa no código definia, já em seu Art. 1º, a quem a lei se aplicava:

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código." (Código de Menores - Decreto N. 17.943 A - de 12 de outubro de 1927)

Em seguida, durante o processo de redemocratização (1945-1964), houve um avanço na implementação de políticas públicas destinadas às crianças e adolescentes, principalmente aquelas de baixa renda. O Serviço de Atendimento ao Menor paulatinamente passa a ser considerado desumano e repressor. Com o regime militar de 1964, ocorreu um retrocesso em todos os campos da sociedade. No tocante às crianças e adolescentes, destacaram-se a

promulgação de dois documentos importantes, a criação da Fundação Nacional de Bem Estar do Menor (Lei 4.513 de 1/12/64) – e o Código de Menores (Lei 6697 de 10/10/79). Isso significou a manutenção da política repressora e assistencialista instaurada desde a “Era Vargas”, como por exemplo, a atribuição de poderes quase ilimitados à autoridade judiciária para tratamento e destinação das crianças e adolescentes que se enquadrassem no Código, pois analisava as crianças prioritariamente na situação de abandono e no cometimento de infração, como se vê no art. 2, do Código de menores de 1979:

Para efeitos deste código, considera-se em situação irregular o menor: I. privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis provê-las; II. vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III. em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV. privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V. com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI. autor de infração penal.

Após o fim da ditadura, foi promulgada a atual Constituição Brasileira, conhecida como “Constituição Cidadã”, na qual foi inserida a Doutrina de Proteção Integral das Nações Unidas em seu art. 227, modernizando a normatização brasileira sobre o tema. Isso possibilitou a criação do Estatuto da Criança e Adolescente – após intensos estudos de três grandes grupos de cidadãos: sociedade civil (representada pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua), juristas representados por membros do Ministério Público e técnicos de órgãos governamentais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe um avanço imenso para o tratamento e destinação dos jovens infratores, diminuindo sobremaneira a intervenção do Estado. Segundo Soares [s.d.], “[...] as crianças e os adolescentes deixam de ser objeto de medidas para se tornarem titulares de direitos fundamentais à proteção integral [...]”.

Com o advento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, passou-se então a consagrar a Doutrina da Proteção Integral à infância. Sua

importância reside na revogação da antiga concepção tutelar, trazendo a criança e o adolescente para uma condição de sujeito de direito, de protagonista da própria história, possuidor de direitos e obrigações e dando um novo funcionamento à Justiça da Infância e da Juventude, como assegura Veronese (1999,p.100):

Essa nova postura tem como alicerce a convicção de que a criança e o adolescente são merecedores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada e integral. O surgimento de uma legislação que se ocupasse seriamente dos direitos da infância e da adolescência era de caráter imprescindível, pois havia uma necessidade fundamental de que estes passassem da condição de menores para cidadãos.

O art. 227 da Constituição Federal de 1988 introduziu no direito brasileiro um conteúdo e um enfoque próprios da Doutrina de Proteção Integral da Organização das Nações Unidas, trazendo para nossa sociedade os avanços obtidos na ordem internacional em favor da infância e da juventude:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Assim, o art. 227 proclamou a doutrina da proteção integral e revogou implicitamente a doutrina da situação irregular até então admitida pelo Código de Menores. A doutrina da situação irregular, herança das tradições caritativo-assistencial e autoritário-paternalista, se dirigia os menores em situação irregular, carentes e abandonados e, por esses motivos, alvo de medidas. Baseava-se em medidas de vigilância, punição, correção. Pela via do assistencialismo, buscava restituir às crianças e adolescentes tudo aquilo que lhes havia sido sonegado no âmbito das relações sociais.

2. A falta de política pública direcionada à criança e ao adolescente na contribuição para a vitimização deste grupo

As políticas públicas estabelecem metas e encaminham soluções para resolver problemas sociais nas mais diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, segurança e muitos outros. Assim, como no plano direcionado para crianças e adolescentes, têm-se vários conceitos de políticas públicas, como afirma Appio (2005, p.136):

As políticas públicas podem ser conceituadas, portanto, como instrumentos de execução de programas políticos baseados na intervenção estatal na sociedade com a finalidade de assegurar igualdade de oportunidade aos cidadãos, tendo por escopo assegurar as condições materiais de uma existência digna a todos os cidadãos.

Com intuito de normalizar os problemas sociais que atingem as classes menos favorecidas, o Estado através de conjuntos de ações promove mudanças quando do atendimento a determinados setores da sociedade. “A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p.26).

Para Rodrigues “Política pública é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade cujos interesses, valores e objetivos são divergentes tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade” (RODRIGUES, 2005, p.13).

A falta de assistência pública na educação contribui para exposição das crianças e adolescentes, pois sem uma escola de qualidade que seja capaz de lhe assistir e dar-lhe sentido de vida, os mesmos acabam entrando na vida do crime. Assim, sem um ensino de qualidade para que estes jovens possam se reconhecer inseridos em um contexto social acabam fascinados por uma vida fácil e enganadora, sendo atraídos por traficantes que aproveitam das especificidades das punições aplicadas a estas crianças e adolescentes para inseri-los no meio do crime.

Apesar das diversas mudanças ocorridas no decurso do século buscando a doutrina de proteção integral à criança e adolescentes, através de leis e estatutos, onde esta proteção passa a ser um dever do Estado. Na realidade tais direitos não são absolutamente assegurados com total prioridade por

meios de políticas públicas, o que contribui para vitimização deste grupo. “Não se tinha nenhuma preocupação efetiva com o desenvolvimento integral das crianças e quase sempre a assistência era realizada por instituições sem vínculos educacionais”. (COSTA; OLIVEIRA, 2011)

Não havendo uma política pública voltada para estas crianças e adolescentes que se perderam no mundo das drogas e da violência, estes já perdidos e não resgatados pelo Estado, acabam assumindo posturas agressivas para sobreviver neste meio, dificultando ainda mais as possibilidades de recuperação.

Dificuldades que se tornam ainda maiores quando tais jovens ao entrarem no mundo do crime, acabam por cometer algumas infrações fazendo com que eles venham a parar em presídios, casas ou fundações similares com superlotação, onde o que se vivencia é a violência e não a reabilitação.

“Embora, apesar do grande aparato legal, tecnológico e científico com relação ao direito da criança a uma educação infantil de qualidade, ainda existe uma discrepância entre o que foi regulamentado e a realidade da grande maioria das escolas infantis”. (PASCHOAL; MACHADO, 2009)

Assim é o Estatuto da Criança e do Adolescente que se preocupou com as necessidades de atendimento as condições especiais que possam ameaçar ou violar os direitos destes jovens ao prever a garantia de oferecimentos de serviços especiais que façam prevenção e atendimento médico e psicossocial as vítimas de negligências, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão. Porém tais atendimentos especializados, muitas das vezes, não são oferecidos adequadamente pelo Estado, pois os profissionais não estão preparados para atender as crianças e adolescentes vítimas. E estes maus resultados contribuem decisivamente para que este grupo se torne cada vez mais vítima de exclusão social.

Um bom exemplo deste despreparo do Estado é o Sistema Único de Saúde (SUS), pois este não está preparado para atender os principais problemas da juventude como a gravidez, o alcoolismo, o uso de drogas, a violência praticada pelo tráfico, a falta de cuidados básicos a saúde. Os profissionais das Unidades Básicas de Saúde (UBS) não possuem uma preparação adequada para o atendimento de problemas que envolvem

adolescentes, isto porque na sua formação acadêmica não há capacitação prática voltada ao atendimento de problemas deste grupo. Seu estudo é voltado para conhecimentos técnicos de aparelhos reprodutores e a informação de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, porém só isso não é suficiente. É necessário que haja uma infra-estrutura mínima que possa levar a estes profissionais a convivência com a sexualidade para melhor instruir os jovens do Brasil, que, por muitas vezes estão expostos a violência sexual.

Porém para uma proteção integral num sistema de garantias e para fazer frente a situações de risco não basta apenas termos a disposição profissionais de vários setores, tais como, saúde, educação, assistência social e sistemas de justiça. É preciso que o estado invista em profissionais de multifunções com conhecimentos técnicos de diversas áreas, pois a falta de políticas públicas muitas vezes é perceptível e verificável com a falta de uma equipe técnica completa, o que compromete a complementaridade técnica e a efetividade das garantias dos direitos, sendo necessário uma especialização, assim como pensamento Souza (2016):

Penso que todas as pessoas que querem prestar relevantes serviços públicos precisam de capacitação e qualificação, pois, do contrário, é grande o risco de continuarmos sentindo no dia a dia da classe trabalhadora os desgovernos, a falta de capacidade técnica, o excesso de recursos para resultados insignificantes, a falta de transparência e a falta de efetividade das políticas públicas implantadas.

A falta de política pública voltada para crianças e adolescentes com serviços especializados ineficazes prestados pelo Estado, acabam contribuindo para vitimização deste grupo, uma vez que os colocam numa situação de vulneráveis e excluídos perante a sociedade. E para que a sociedade como um todo não os vejam assim, o Estado deveria não só criar leis como também investir em políticas garantidoras dos direitos deste grupo, como, por exemplo, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que nada mais é que uma ponte entre a sociedade e a política pública do Estado que busca um formato de cidadania:

[...] a Constituição estabelece bases jurídicas para a construção

de um novo formato de cidadania, agora contemplando o ramo social como direito do cidadão e dever do Estado. Mas não apenas isto; agora a cidadania política transcende os limites de delegação de poderes da democracia representativa e se expressa por meio da democracia participativa, da constituição de conselhos paritários, que se apresentam como novo locus de exercício político. (CAMPOS; MACIEL, 1997, p. 145)

Os conselhos não só é um elo entre o Estado e a sociedade, como também proporcionam um avanço na gestão de políticas públicas, pois permite uma atuação mais consistente na definição de diretrizes de políticas que caminham no sentido de equidade e efetividade. Assim, visando uma nova construção de cultura de proteção à infância e a adolescência, os Conselhos Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente promovem a organização institucional atribuindo às responsabilidades não só a família e a sociedade, como também ao Estado.

Se antes os participantes dos conselhos eram apenas organizações não governamentais, hoje se tem o acompanhamento de diversos níveis de governo, seja municipal, estadual ou federal. Tomando posse de seu papel progressivamente. Embora não seja a atuação ideal, a participação do governo tem sido crucial no enfrentamento da violação dos direitos. Isso porque, com uma participação mais efetiva do governo é possível uma melhor interlocução de diferentes áreas como políticas de saúde, educação e assistência social.

Daí a importância dos conselhos, responsáveis por uma articulação que congregue o governo e a sociedade civil para uma garantia de execução de políticas sociais articuladas para o desenvolvimento de um conjunto de serviços em rede.

Art. 86. A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. (Eca)

O trabalho em rede proporciona uma política de atendimento dos direitos das crianças e adolescentes e se faz através de um conjunto de ações governamentais e não governamentais. Ou seja, a efetivação da promoção, proteção e defesa do direito das crianças e adolescentes requer um conjunto de ações que envolvem o Estado e a sociedade.

Porém o Estado tem adotado uma postura diferente do que é prescrita e

esperada, pois aproveita destes conselhos para delegar à sociedade civil responsabilidades no enfrentamento das questões sociais fazendo com que os serviços prestados passem a ser desempenhados na maioria das vezes sob caráter filantrópico exercidos por rede de serviços sócios comunitários. Com isso reduz sua responsabilidade na garantia dos direitos sociais limitando verbas para área social. O que acarreta sucateamento de equipamentos, insatisfatórios recursos humanos e um desrespeito às leis que ele mesmo elabora.

O próprio Conselho Nacional dos direitos das crianças e adolescentes, seguindo o que aponta o ECA estabelece em sua política de atendimento, atribuições do Estado na criação de ações relacionadas à fiscalização e execução de leis voltadas a este grupo, conforme prescreve a lei federal n.º 8.242/1991:

elaborar as normas gerais da política nacional de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, fiscalizando as ações de execução, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nos arts. 87 e 88 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

O Estado elabora leis que ele mesmo não cumpre, pois cria através destas, obrigações que ele desobedece repassando responsabilidades para a sociedade e deixando de fazer o seu papel de políticas públicas. Assim, priorizando somente a política assistencialista e deixando de lado os investimentos sociais acaba por contribuir com uma maior exclusão social.

3. O poder Judiciário como zelador do cumprimento das leis e direitos das crianças e adolescentes frente a omissão e do Estado

Doravante a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, pela razão de serem pessoas incapazes dadas às condições temporárias de não estarem aptas a fazerem valer seus direitos, dispõe o art. 3º do Estatuto da Criança e Adolescente (Brasil):

a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando-se-lhes, por lei ou outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em

condições de liberdade e dignidade.

Notadamente a elaboração do ECA é uma conquista na efetivação dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes vitimadas pela discriminação. E por falta de vontade política, diversas destas ainda vivem a margem das básicas políticas públicas, devido à falta de vontade em priorizar os recursos orçamentários para garantia deste direito.

É notório a falta de priorização dos recursos para a política de garantia dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes por parte daqueles que receberam um mandato eletivo e por isso o Judiciário não pode ficar inerte a essa falta de zelo para com aqueles que necessitam de uma proteção especial. Assim sendo, deve proferir decisões que imputam ao Estado a cumprir aquilo que está constitucionalmente previsto.

Partindo-se deste raciocínio, observa-se, neste modelo estatal, a importância de ser enfatizada independência de um Poder Judiciário mais atuante, com a ampliação do mecanismo de controle sobre atuações estatais que eventualmente venham a se distanciar da aplicação das leis segundo os fins sociais:

É, portanto, no Estado Democrático de direito que o Estado-Jurisdição assume novo papel. Comprometido constitucionalmente com a problemática social, o Judiciário passa a ser Poder transformador da realidade social ao não poder criar obstáculos a realização de direitos fundamentais (ALMEIDA, 2003, p. 59).

A omissão na priorização dos recursos por parte do Estado é nítida em diversas instituições dos Estados que abrigam ou assistem as crianças e os adolescentes. E infelizmente as faltas de condições não são só estruturais, como também de pessoal, ocasionando no campo da educação uma grande evasão escolar, pois essas crianças e adolescentes não se sentem fascinados pelo aprendizado, muitas das vezes pela falta de política pública do estado por prezar por um ensino de qualidade.

No campo da violência infanto-juvenil o cenário é desolador, seja esta violência física, psicológica, sexual ou até mesmo nos casos de negligências contra as crianças e adolescentes, pois muitos deste não chegam a ser denunciados e quando os são as instituições estatais não possuem condições suficientes para serem apuradas.

Esse descaso do Estado não só desrespeita o que prescreve o Estatuto da criança e adolescente com também a Convenção Internacional sobre direitos das crianças e adolescentes que assegura a este grupo a doutrina de proteção integral, como afirma Costa (1991):

A nova ordem decorrente da Convenção das Nações Unidas de Direito da Criança, da qual o Brasil é signatário, promoveu uma completa metamorfose no direito da Criança no País, introduzindo um novo paradigma, elevando o até então menor á condição de cidadão, fazendo-se sujeito de direitos.

Devido a essa omissão do Estado, são muitas as crianças e adolescentes que possuem sua cidadania privada. E essas mudanças dependem da conscientização daqueles que são responsáveis pelo Poder Executivo, porém estes, infelizmente, não estão muito dispostos a implementar políticas públicas para mudar esta realidade.

Em busca da efetivação dos direitos fundamentais de todos os cidadãos, mas em especial os das crianças e adolescentes, o Judiciário deve se posicionar e cumprir o papel que o texto constitucional lhe incumbi:

Os atos legislativos, administrativos e judiciais, por conseguinte, devem ser produzidos em conformidade com o princípio da efetivação dos direitos fundamentais, mediante impulsos e diretivas de atuação com vistas a sua plena satisfação (CANELA JÚNIOR, 2011, p. 41).

Assim sendo, para o resgate dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, direitos estes positivados e desrespeitados, se faz necessário intervenção do Poder Judiciário, pois os operadores do direito devem buscar as alternativas possíveis na busca do efetivo respeito aos direitos infanto-juvenis, fazendo com que o Estado cumpra o seu dever de garantir os direitos fundamentais que ele mesmo se compromete assegurar com suas leis criadas.

O estado tem o dever e não a discricionariedade de investir ou não em políticas públicas e assim assevera Frischeisem (2000, p.13):

A administração pública está vinculada à Constituição e as normas infraconstitucionais, inexistindo discricionariedade para a deliberação sobre a oportunidade e a conveniência na implementação dessas políticas públicas.

Dessa forma cabe a administração pública respeitar a doutrina da proteção integral e investir na implementação de políticas públicas ao interesse superior da criança e adolescente, pois se torna impossível a prática da discricionariedade por parte do Poder Executivo, sobretudo quando se fala em direitos constitucionais assegurados, cujos métodos foram elaborados pela própria administração.

Assim, pode-se dizer que a falta de política pública e a omissão do Estado em priorizar seus recursos contribui para o sucateamento das instituições e resulta em despreparo pessoal daqueles que amparam as crianças e adolescentes em suas necessidades.

É essencial a atuação do Poder Judiciário como alternativa na busca da proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, pois ainda há uma enorme distância entre a lei e a realidade. Por isso, o Poder Judiciário não pode deixar de abstrair o que foi positivado pelo Estado, devendo trazer para a realidade estas garantias, deixando de ser um mero coadjuvante e passando a ser um protagonista no que tange o pleno exercício dos direitos das crianças e adolescentes de modo que essas se reconheçam que enquanto sujeitos de direitos, podem partilhar de um convívio harmônico na sociedade. E é o principal zelador das garantias já asseguradas em lei e é ele o ator imprescindível para fazer com que o Estado efetivamente através de políticas públicas reconheça as crianças e adolescentes não só como sujeitos de direitos, mas também como destinatários de proteção especial, prometida já pelo art. 1º, da Lei nº 8.069/90 (ECA).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo foi desenvolvido através de diversas obras de renomados juristas e operadores do direito, tais como Osvaldo Canela Junior, Gregório Assagra Almeida, Antonio Carlos Gomes da Costa, Luiza Cristina Fonseca Frischeisem, Celina Souza e outros, analisando normas criadas pelo legislador como, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Convenção Internacional dos Direitos da Criança e até mesmo a Constituição Federal.

Com o objetivo de analisar e garantir as conquistas nos direitos das crianças e adolescentes, esta obra procurou trazer um breve histórico destas conquistas que vêm desde o advento da república (1898-1930), pois antes disso não existiam políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes no Brasil, até a promulgação da atual Constituição Brasileira. Mostrar também que embora as diversas leis criadas para garantir estes direitos, tais conquistas ainda não foram totalmente atendidas, seja por falta de políticas públicas ou omissão do Estado. Assim, o Poder Judiciário, como guardião maior da integridade do direito, não pode deixar que por falta de vontade ou omissão, as garantias de direitos emanadas das leis venham a ser descumpridas, mesmo que tal descumprimento seja do Poder Executivo.

Para tanto, em primeiro momento, buscou-se fornecer a evolução histórica do reconhecimento de direitos da criança e do adolescente, trazendo os avanços no que tange ao sistema de proteção às crianças e adolescentes, seja através de conquistas com o passar do tempo ou através de leis criadas pelo Estado, passando as crianças e adolescentes serem reconhecidas como sujeitos de direitos e destinatários de proteção especial, conforme prescreve o Estatuto da Criança e adolescente, bem como com o advento da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Posteriormente, com o objetivo de mostrar que tais leis ainda não são cumpridas, mostrou-se que tal desrespeito às leis é por parte do Estado que deixa de investir em políticas públicas deixando de dar assistências nas mais diversas áreas. O que contribui para a vitimização das crianças e adolescentes. Assim sendo, o trabalho em rede mostrou-se como um ótimo resultado de investimento da política pública para garantia dos direitos deste grupo, como, por exemplo, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Em terceiro momento constata-se que a falta de política pública do Estado e a omissão deste na priorização dos recursos contribui para o sucateamento das instituições, falta de pessoal e despreparo destes para o devido atendimento as necessidades das crianças e adolescentes. Constatando que o Poder Judiciário surge como alternativa na busca da proteção integral dos direitos assegurados as crianças e adolescentes, pois

esse deve ter sua atuação pautada na garantia da regras constitucionais e infraconstitucionais, pois ele tem a capacidade de garantir os direitos dessa minoria.

Assim, não se pode negar que foram criadas leis suficientes à concretização dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, o fato é que ainda há uma enorme distância entre a lei e a realidade. Por isso, não se devem fechar os olhos para as inúmeras conquistas já alcançadas na proteção integral da infância e juventude, também não se esquecer que há muito a ser feito. Principalmente por parte do estado que muitas vezes deixa de priorizar seus recursos para as mais diversas áreas de assistência social, deixando assim de garantir a devida proteção especial as crianças e adolescentes.

Dessa forma, muito importante se torna o controle das políticas públicas por parte do Poder Judiciário para garantir os direitos das crianças e adolescentes e contribuir para assegurar o cumprimento das normas já promulgadas.

Referências

ALMEIDA, Gregório Assagra de. **Direito processual coletivo brasileiro: um novo ramo do direito processual**. São Paulo: Saraiva, 2003.

APPIO, Eduardo. **Controle Judicial das Políticas Públicas no Brasil**. Curitiba:Juruá, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. ECA (1990). **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Cortez, 1990.

CAMPOS, Edval Bernadino & MACIEL, Carlos Alberto Batista. **Conselhos Paritários: O Enigma da Participação e da Construção Democrática**. Revista Serviço Social e Sociedade. n. 55, Ano XVIII, Cortez, 1997.

CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle Judicial de Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CHAVES, Antônio Marcos; SANTOS, Gilberto Lima dos. Reconhecimento de direitos e significados de infância entre crianças. **Psicologia Escolar e Educacional**. Salvador, v.14, n.2, p. 281-290, julho/dezembro de 2010. Acesso em 23 agos. 2015.

CÓDIGO DE MENORES. **Decreto n. 17.943 A – de 12 de outubro de 1927**. Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao>. Acesso em: jan. 2016.

COSTA, A. C. M.; OLIVEIRA, M. C. **As políticas públicas de educação infantil no contexto do neoliberalismo**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 10, p. 89-97, jan./dez. 2011. Acesso em: 16 abr. 2016.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **De menor á cidadão: notas para uma história do novo direito da infância e da juventude no brasil**. Brasília: CBIA, 1991.

CUCCI, Gisele Paschoal; MARTA, Taís Nader. **A importância das políticas de inclusão familiar na formação de crianças e adolescentes. Âmbito Jurídico**. Rio Grande, XIII, n. 80, set 2010. Disponível em: <<http://ambito-juridico.com.br>>. Acesso em 15 abr. 2016.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembléia geral das nações unidas**. Disponível na Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo:< www.direitoshumanos.usp.br>

FERNANDES, David Augusto. **Direitos humanos e vitimologia: uma nova postura da vítima no direito penal**.

Disponível em:< <https://www.researchgate.net/publication>>. Acesso em: 28 agos. 2015.

FREITAS, A. M. M; Amaral. M. V. N. **Educação e artes aliadas para inclusão de educandos e surdos**. Disponível em <<http://aaesc.udesc.br>>. Acesso em 28 abr. 2016.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público**. São Paulo: Max Limonad, 2000.

KRAMER, S.; NUNES, M. F. R.; CORSINO, P. **Infância e crianças de 6 anos: desafios das transições na educação infantil e no ensino fundamental**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, n.1, 220p. 69-85, jan./abr. 2011

LORENZI, Gisella Werneck. **Uma breve história dos direitos da criança e do adolescente no Brasil**. Prefeitura Municipal de Macaé, 2010. Disponível em: <http://www.cmddcamaca.e.rj.gov.br/download/capacitacaoconselheiro/historia_dosdireitosdacriancaedoadolescente.pdf>. Acesso em 23 agos. 2015.

NETTO, Alvarenga. **Código de Menores – Doutrina, Legislação, Jurisprudência**. Rio de Janeiro; São Paulo: Freitas Bastos, 1941, p. 79.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. **A história da educação infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.33, p.78-95,mar.2009 - ISSN: 1676-2584

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha (FolhaExplica), 2010. Acesso em: 15 abr. 2016.

SOARES, Janine Borges. **A construção da responsabilidade penal do adolescente no Brasil : uma breve reflexão histórica**. Disponível em: <<http://www.mprs.mp.br/infancia/doutrina/id186.htm>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul/dez 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf>> Acesso em: 28 abr. 2016.

Souza, Daniel Cristiano. **Daniel Cristiano se prepara para a administração pública**. Disponível em: <<http://www.diariopopularmg.com.br>> Acesso em: 14 jun. 2016

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.